green accountability platform

Fortalecendo o papel dos atores da sociedade civil no financiamento climático

Janeiro de 2026

RESUMO DE POLÍTICAS

Fotografia: Fórum Comunitário em Saint Louis, Senegal. Imagem cortesia de CAJUST.

Agradecimentos

Esta publicação foi desenvolvida por meio da Green Accountability Platform, um consórcio liderado pelo World Resources Institute, SouthSouthNorth e a Huairou Commission. Sua produção foi possível graças ao apoio da Global Partnership for Social Accountability (GPSA) do Banco Mundial.

A GPSA facilita a colaboração entre organizações da sociedade civil e governos, ao mesmo tempo em que promove o engajamento cidadão para resolver problemas de desenvolvimento, fortalecer a responsabilização pública e melhorar a governança setorial.

Autora: Romy Chevallier

GLOBAL PARTNERSHIP FOR SOCIAL ACCOUNTABILITY

SSN TOWARDS CLIMATE RESILIENCE

Resumo Executivo

A escala e a urgência da crise climática exigem maior ambição global e volumes de financiamento muito mais elevados, direcionados para onde são mais necessários e entregues com transparência e responsabilização. No entanto, o atual cenário do financiamento climático carece de dados claros, consistentes e comparáveis sobre para onde os recursos estão fluindo, quem está decidindo sobre sua alocação e quão efetivamente eles chegam às comunidades vulneráveis. Enfrentar essas lacunas requer princípios de governança e procedimentos que fortaleçam a transparência, criem processos participativos mais acessíveis, inclusivos e impactantes para decisões de políticas e financiamento climático em níveis subnacionais e nacionais, e estabeleçam mecanismos que permitam à sociedade civil e às comunidades afetadas monitorar a implementação e contestar falhas quando necessário.

As comunidades, por serem as mais diretamente impactadas pelas mudanças climáticas, merecem ter voz sobre como o financiamento climático é gasto e como ele aborda desigualdades existentes. Iniciativas de green accountability (Responsabilização verde) apoiam cidadãos, organizações da sociedade civil (OSCs), movimentos de base, grupos de mulheres e comunidades indígenas a participar da tomada de decisão, acompanhar os gastos climáticos e responsabilizar instituições públicas e parceiros de investimento. Isso melhora a qualidade, a equidade e a legitimidade do financiamento climático. Quando empoderadas e devidamente equipadas com financiamento adequado, ferramentas e mandatos, as OSCs fortalecem os ciclos de políticas públicas, melhoram a adesão dos cidadãos e ajudam a garantir que os investimentos climáticos sejam específicos ao contexto, orientados pela demanda, transparentes, inclusivos e eficazes. Numerosos exemplos de boas práticas demonstram como as OSCs já estão ampliando o acesso à informação, fortalecendo a supervisão e ampliando a participação em muitos países. No entanto, esses avanços permanecem desiguais e precisam ser formalmente reconhecidos e institucionalizados, uma vez que muitas OSCs continuam enfrentando a redução do espaço cívico, canais limitados de engajamento, acesso precário a dados e financiamento insuficiente.

Green accountability no cenário do financiamento climático

Os debates internacionais recentes em torno do volume e da qualidade do Novo Objetivo Coletivo Quantificado (NCQG) sobre financiamento climático, juntamente com apelos mais amplos para a reforma da arquitetura financeira global, trouxeram renovada atenção à governança, à transparência, à efetividade do financiamento climático, às abordagens participativas e à ação liderada localmente. Essas mudanças abriram importantes espaços políticos e operacionais para o engajamento da sociedade civil.[1] Atores de políticas públicas e do desenvolvimento estão cada vez mais enfatizando a inclusão e o engajamento comunitário, e uma gama crescente de ferramentas, plataformas e redes emergentes agora apoia o rastreamento orçamentário, o monitoramento cidadão e a supervisão pública.

A aplicação desses princípios permite que governos e atores globais do financiamento climático construam ciclos de retroalimentação mais fortes e confiáveis entre instituições e comunidades, dificultando a corrupção e a má

A aplicação desses princípios permite que governos e atores globais do financiamento climático construam ciclos de retroalimentação mais fortes e confiáveis entre instituições e comunidades, dificultando a corrupção e a má alocação de recursos, fortalecendo a confiança pública e garantindo que as instituições tenham a informação, a legitimidade e a capacidade necessárias para responder às necessidades climáticas locais.

1. IPCC, Climate Change 2023: *Synthesis Report*, Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.) (Geneva: IPCC 2023), doi:10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.

alocação de recursos, fortalecendo a confiança pública e garantindo que as instituições tenham a informação, a legitimidade e a capacidade necessárias para responder às necessidades climáticas locais. Priorizar a responsabilização inclusiva também pode ajudar a destravar e sustentar fluxos de financiamento climático para países em desenvolvimento, ao melhorar a efetividade e a rastreabilidade dos recursos financeiros e garantir que eles cheguem aos usuários finais pretendidos.[2] A green accountability, portanto, amplia a quantidade, a qualidade, a equidade e o impacto do financiamento climático, apoiando intervenções que geram resultados sustentados, inclusivos e justos.

No entanto, a arquitetura mais ampla do financiamento climático permanece complexa, fragmentada e desigual em seu alcance. Muitos processos associados continuam inacessíveis devido a desenhos que vão de cima para baixo,[3] dados inconsistentes e fraca inclusão da sociedade civil[4] e da representação de grupos vulneráveis.[5] Esses processos incluem acreditação de fundos, ciclos de aprovação de projetos, sistemas de monitoramento e reporte, e mecanismos nacionais de rastreamento orçamentário para organismos financeiros internacionais e nacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento e sistemas financeiros públicos e privados nacionais. Essas deficiências são sentidas de forma mais aguda pelos países em desenvolvimento, onde o acesso limitado ao financiamento aprofunda desigualdades existentes, desacelera os esforços de mitigação e adaptação e compromete o progresso em direção à meta de temperatura de 1,5°C do Acordo de Paris. Sem mecanismos fortalecidos da green accountability, ancorados na transparência, na participação e na supervisão equitativa, o sistema global de financiamento climático corre o risco de continuar a perder confiança exatamente no momento em que a credibilidade e a ação coordenada são mais urgentemente necessárias.

Entretanto, em muitos contextos, o espaço cívico continua a se estreitar, com restrições à expressão, à associação e ao acesso à informação minando diretamente os esforços de supervisão.[6] A autoridade executiva se expandiu em vários países, com governos centrais consolidando o controle sobre recursos públicos, fundos climáticos e orçamentos de desenvolvimento, muitas vezes justificado em nome da eficiência, da coerência nacional ou da segurança. Essas dinâmicas são reforçadas por incentivos políticos para gerenciar a dissidência, moldar narrativas públicas e manter o poder, especialmente em contextos marcados por tensão econômica, aumento da pressão cívica ou competição eleitoral. A centralização fiscal também se intensificou,[7] enfraquecendo a participação subnacional e reduzindo a transparência nas decisões orçamentárias, enquanto instituições nacionais de controle foram, em alguns casos, absorvidas pelas estruturas governamentais ou tiveram seus mandatos enfraquecidos.[8] Ao mesmo tempo, os dados sobre financiamento climático permanecem inconsistentes, incompletos ou inacessíveis, particularmente em níveis locais ou subnacionais, e os ciclos curtos de financiamento dificultam que as OSCs sustentem um engajamento de longo prazo. Além disso, os doadores enfrentam diversas barreiras para localizar o financiamento da adaptação climática e trabalhar de forma mais próxima com atores locais. Essas barreiras incluem aversão institucional ao risco, desafios administrativos, tensões entre a prestação de contas a atores locais e a prestação de contas a públicos domésticos, bem como valores divergentes e assimetrias de poder profundamente enraizadas.[9]

Embora as demandas por green accountability e por uma compreensão mais clara do que ela exige estejam crescendo, o espaço político necessário para uma participação significativa está se estreitando. Isso reforça a urgência de proteger e expandir mecanismos de governança aberta e responsabilização. Também é relevante observar que o financiamento climático ainda negligencia grupos vulneráveis e lideranças locais. Por exemplo, o **Climate Finance Shadow Report 2025**[10] destaca que apenas 3% do financiamento climático bilateral em 2022 teve a igualdade de gênero como objetivo principal, apesar do impacto desproporcional das mudanças climáticas sobre mulheres e meninas.

2. Systemiq and Blended Finance Taskforce, *Better Accountability, Better Finance. Consultation Paper: Investing in Green Accountability for the People and Planet. September 2023,10.*
3. Independent Evaluation Unit, *Independent Evaluation of the GCF's Readiness and Preparatory Support Programme*. Evaluation Report No. 16. South Korea: Independent Evaluation Unit, Green Climate Fund, September 2023.
4. Thomas, H. *Improving civil society's limited access to the Green Climate Fund: a report based on the analysis of GCF policies and lessons learned from five case studies*. Climate and Development Advice, April 2021.
5. Glencorse, B and Jarvis, M. *The Role of Civil Society Oversight and Social Accountability in Climate Finance and Action* (paper presented at the 2nd symposium on supranational responses to corruption, hosted by the World Bank, The Grantham research Institute on Climate and Environment, May 2025, Accountability Lab and Trust Accountability and Inclusion Collaborative.
6. CIVICUS, *Annual Report, 2023-2024*.
7. Galston, W, *'Is growth of executive power a threat to constitutional democracy?'*, Brookings Commentary, 2 July 2025.
8. Duran-Fernandez, R. *Reevaluating autonomy: the future of Mexico's independent agencies in governance and policy*. Washington, DC, Wilson Center. November 2024.
9. Pinnington R, Kasaija P, King M, Mbabazi A and Gulrajani N, *'Why aren't we there yet? Understanding and addressing donor barriers to localisation in climate adaptation'*, February 2024.
10. Oxfam International and CARE, Climate Justice Centre, *Climate Finance Shadow Report 2025: analysing progress on climate finance under the Paris Agreement*, October 2025.

Princípios para uma governança eficaz e aberta do financiamento climático

A governança eficaz do financiamento climático depende de princípios fundamentais amplamente reconhecidos. Esses princípios, baseados em normas globais consolidadas sobre responsabilização social e participação pública, estão refletidos no National Handbook da Open Government Partnership (OGP)[11]:

Transparência – garantir que dados, decisões e fluxos de gastos do financiamento climático sejam publicamente acessíveis, oportunos e fáceis de usar. Isso inclui o acesso à informação baseado em direitos, assegurando que marcos legais e institucionais protejam a capacidade dos cidadãos de obter informações, examinar decisões e exigir responsabilização.

Participação – criar mecanismos estruturados que permitam à sociedade civil e às comunidades contribuir para o planejamento, a análise orçamentária, a implementação, a supervisão e o retorno de informações.

Responsabilização pública – exigir que instituições governamentais justifiquem suas ações, respondam a críticas válidas e assumam responsabilidade por falhas de desempenho, por meio de mecanismos funcionais de supervisão, reclamação e justiça, bem como auditorias cidadãs de desempenho.

Além disso, existem vários elementos transversais que fortalecem a implementação desses princípios centrais. Um elemento relevante para este documento de políticas é:

Inclusão – o compromisso do governo de servir a todas as pessoas, especialmente aquelas que foram historicamente desfavorecidas ou que são particularmente vulneráveis, incluindo mulheres, jovens, povos indígenas, pessoas com deficiência e outros grupos marginalizados.

Em conjunto, esses princípios incorporam a participação pública e a supervisão em todo o ciclo do financiamento climático — do planejamento e da orçamentação à implementação, ao monitoramento e à avaliação.

A green accountability também reconhece que as comunidades não são beneficiárias passivas dos investimentos climáticos, mas parceiras essenciais em seu desenho, execução e supervisão. Quando os cidadãos têm pontos de entrada significativos nos processos de financiamento climático, a ação climática torna-se mais eficaz, equitativa e responsiva às realidades locais. Essa abordagem fortalece práticas de base e iniciativas lideradas localmente, garantindo que os investimentos climáticos reflitam prioridades e condições locais.

Existem numerosos marcos internacionais que reforçam esses princípios de governança, incluindo a Estrutura Reforçada de Transparência do Acordo de Paris, a Convenção de Aarhus e o Acordo de Escazú — que promovem o acesso à informação, a participação pública e a justiça em questões ambientais — além de outros marcos emergentes provenientes da agenda de reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento.

11. Open Governance Partnership, OGP *National Handbook: A practical roadmap for national stakeholders*. August 2025.

Fortalecendo o papel dos atores da sociedade civil na responsabilização do financiamento climático

As OSCs, os atores de base e as redes comunitárias desempenham um papel indispensável no fortalecimento da responsabilização do financiamento climático. Sua proximidade com as comunidades, aliada à capacidade de interpretar informações complexas de políticas públicas e orçamentos, as posiciona como intermediárias críticas entre os cidadãos e o Estado. Em diversos contextos, as OSCs demonstraram sua capacidade de traduzir informações técnicas sobre financiamento climático em linguagem acessível, permitindo que comunidades historicamente subatendidas compreendam como os recursos estão sendo alocados, quais oportunidades existem e onde surgem lacunas ou desalinhamentos.

As OSCs também se destacam na articulação de atores diversos, desde autoridades municipais e especialistas técnicos até lideranças tradicionais, grupos de mulheres e coletivos juvenis. Esses espaços de diálogo ajudam a reduzir o distanciamento entre prioridades climáticas nacionais e realidades locais vividas. Por meio de mecanismos como capacitação, advocacy, rastreamento orçamentário, auditorias sociais e análise de políticas públicas, as OSCs aumentam a transparência, ampliam as vozes de comunidades marginalizadas e pressionam por reformas institucionais que fortalecem a legitimidade e a efetividade do financiamento climático.[12]

Abordagens de responsabilização lideradas pela sociedade civil (CSOs)

Em todo o mundo, um ecossistema crescente de plataformas multissetoriais, metodologias, ferramentas digitais e mecanismos de governança vem surgindo para fortalecer a transparência, a participação e a supervisão pública no financiamento climático. Esses esforços reconhecem que uma green accountability eficaz exige mais do que projetos isolados. Ela demanda abordagens sistêmicas, escaláveis e globalmente conectadas, que apoiem a sociedade civil, empoderem atores locais e reduzam a lacuna entre compromissos climáticos globais e a implementação local.

Uma série de iniciativas — como portais de orçamento aberto, ferramentas de rastreamento do financiamento climático, observatórios cidadãos, mecanismos de auditoria social, sistemas de monitoramento comunitário e redes globais de conhecimento — vem ajudando a incorporar a responsabilização nas estruturas de governança climática. Essas abordagens oferecem a governos, parceiros de desenvolvimento e à sociedade civil pontos de entrada práticos para monitorar como os fundos climáticos são alocados, assegurar que os gastos estejam alinhados às prioridades locais e fortalecer a capacidade de resposta institucional. Por exemplo, a **Transparency International** desenvolveu um **Toolkit de Avaliação** que analisa em que medida uma instituição pública oferece — ou está preparada para oferecer — oportunidades de participação pública significativa nos processos orçamentários. No âmbito da Open Government Partnership (**OGP**), governos, em colaboração com a sociedade civil, podem participar do OGP Innovation Challenge e submeter reformas inovadoras relacionadas a dez áreas de políticas de responsabilização.

Outro exemplo é o trabalho da **Green Accountability Platform**, um programa multissetorial lançado pela **Global Partnership for Social Accountability** (GPSA) do Banco Mundial, em parceria com o World Resources Institute, a Huairou Commission e a SouthSouthNorth. A Plataforma aprofunda o engajamento com a sociedade civil e organizações de base, apoiando-as no desenvolvimento de ferramentas, redes e capacidade institucional necessárias para fortalecer a voz cidadã e a responsabilização pública. A Plataforma apoia 25 organizações da

12. Wang Y and Qiu Y, *How civil society organizations influence environmental governance in the Global South, Current Opinion in Environmental Sustainability*, Volume 75, 2025, https://doi.org/10.1016/j.cosust.2025.101556.

sociedade civil em Bangladesh, Brasil, Camarões, México e Senegal, que realizam diversas atividades para fortalecer a governança climática e a responsabilização, incluindo: análise orçamentária, monitoramento das alocações de financiamento climático, fortalecimento do engajamento inclusivo em políticas públicas e o apoio a governos locais na implementação de planos participativos e resilientes ao clima.

A Plataforma também ancora uma Comunidade de Prática global, que conecta profissionais de diferentes países para compartilhar lições aprendidas, testar inovações e construir coalizões. Intercâmbios entre países oferecem oportunidades para acelerar o aprendizado e ampliar práticas eficazes, enquanto a mentoria entre pares fortalece a capacidade das OSCs locais de se engajar de forma construtiva com tomadores de decisão. Ao fomentar ecossistemas

Fotografia: Esforços de advocacy e consultas comunitárias em Juruá, Brasil. Imagem cortesia do Instituto Fronteiras.

específicos ao contexto local e identificar modelos promissores, a Plataforma também contribui para o objetivo mais amplo de integrar abordagens de responsabilização aos sistemas dos bancos multilaterais de desenvolvimento, acelerando a transição para uma economia resiliente e de baixo carbono.

Lições e boas práticas das OSCs no âmbito da Green Accountability Platform

Em contextos políticos e institucionais diversos, as OSCs têm respondido aos desafios da governança climática por meio de uma ampla gama de abordagens inovadoras.[13]

Fortalecimento da transparência por meio do acesso a dados climáticos

Um pilar central da green accountability é a disponibilidade de informações acessíveis, oportunas e confiáveis sobre financiamento climático. Muitas OSCs ao redor do mundo desenvolveram portais de dados climáticos, observatórios orçamentários e plataformas de acesso aberto para ajudar atores locais a compreender e monitorar os fluxos de financiamento climático. Em Bangladesh, organizações estão mapeando gastos climáticos relacionados a WASH (água, saneamento e higiene) em zonas vulneráveis e de alto risco. No México e no Brasil, OSCs analisam orçamentos nacionais e subnacionais, identificam tendências e apresentam centenas de pedidos de acesso à informação pública. No Brasil, o **Instituto de Estudos Socioeconômicos** (INESC) liderou esforços para analisar emendas parlamentares e identificar lacunas no financiamento da adaptação — informações que, de outra forma, permaneceriam inacessíveis. Em Camarões, redes comunitárias monitoram orçamentos municipais para identificar alocações relacionadas ao clima e verificar se os recursos chegam aos beneficiários pretendidos.

De forma crucial, as OSCs também investem no fortalecimento da capacidade de cidadãos, lideranças comunitárias, povos indígenas e autoridades locais para interpretar dados de financiamento climático e utilizá-los em ações de advocacy e na tomada de decisão. Esses

13. For deeper insight into the examples below, please see the case study report, "Enhancing transparency, inclusion and accountability of climate finance: stories from Bangladesh, Brazil, Cameroon, Mexico and Senegal".

esforços demonstram que transparência não se resume à publicação de números, mas à garantia de que a informação possa ser compreendida, contextualizada e utilizada. Em Camarões, a organização **Women for a Change (Wfac)** vem fortalecendo a atuação das mulheres na tomada de decisões climáticas, fornecendo as habilidades necessárias para navegar processos complexos de financiamento climático e participar efetivamente de diálogos de políticas públicas.

Fortalecimento da participação inclusiva nos processos de políticas climáticas

Um elemento central da green accountability é a capacidade das OSCs de se engajar com autoridades públicas e facilitar diálogos construtivos e multissetoriais. Em Camarões, o **International Circle for the Promotion of Creation** (CIPCRE) vem promovendo orçamentos participativos e resilientes ao clima em cinco municípios, garantindo que as prioridades comunitárias informem diretamente o planejamento local.

Em Senegal, redes comunitárias monitoram ativamente a implementação da estratégia nacional de manguezais e influenciam a governança local dos ecossistemas. A organização **Enda ECOPOP** lançou o projeto ***ACCESS – Aliança Concertada de OSCs para um Espaço Cívico Transformador e Sustentável para a Ação Climática em Senegal***, que fortalece a cogestão sustentável dos ecossistemas de manguezais. Em Bangladesh, a **Participatory Research and Action Network (PRAAN)** lançou a iniciativa "Building Partnerships to Advance Locally Led Climate Action in Bangladesh", que fortalece a resiliência ao promover a inclusão de comunidades e povos indígenas nos processos de políticas climáticas e planejamento orçamentário.

Em conjunto, essas abordagens ampliam o entendimento público sobre riscos climáticos, refinam prioridades comunitárias e criam conexões mais sólidas entre sistemas de conhecimento científico e local. Ao amplificar as vozes das comunidades, as OSCs aumentam a capacidade de resposta e a legitimidade das decisões de políticas públicas.

Fotografia: Sessão de Avaliação Rural Participativa em Char Clerk, Bangladesh. Imagem cortesia da PRAAN.

Aprimoramento da responsabilização por meio do monitoramento orçamentário e do advocacy

Em diferentes regiões, as OSCs demonstraram o poder da supervisão cívica no acompanhamento de orçamentos climáticos, no monitoramento de gastos e na defesa de reformas. Um exemplo relevante vem do **Climate Finance Group for Latin America and the Caribbean (GFLAC)**, que desenvolveu um Índice de Finanças Sustentáveis e uma versão subnacional para os 32 estados do México. Essas ferramentas ajudam a avaliar em que medida as alocações de financiamento climático estão alinhadas aos compromissos climáticos assumidos. Em Senegal, a **BudgiT Foundation** desenvolveu o **Orçamento Verde Simplificado 2024–2025**, que oferece aos cidadãos dados acessíveis e compreensíveis sobre financiamento climático nos setores de agricultura, energia, água e saneamento. A ferramenta **Tracka**, da BudgiT Senegal, também permite que cidadãos monitorem projetos governamentais, exijam transparência e defendam a responsabilização nos gastos públicos. Por meio de revisões de gastos, cartões de pontuação comunitários (community scorecards) e exercícios de rastreamento orçamentário, as OSCs têm ajudado governos a refinar prioridades de gasto, fortalecer salvaguardas e melhorar a supervisão da implementação.

Fortalecimento da liderança local, da capacidade comunitária e de abordagens interseccionais

Uma das lições mais relevantes da prática global é a importância central da liderança local para impulsionar uma responsabilização sustentada e enraizada nas comunidades — especialmente entre mulheres, jovens, povos indígenas e comunidades rurais. Abordagens interseccionais, que reconhecem como gênero, idade, deficiência e identidade social moldam o acesso à tomada de decisão climática, são essenciais para uma responsabilização significativa.[14]

No México, o **Meeting Space for Native Cultures (EECO)** promove a participação direta de povos indígenas e afro-mexicanos, mulheres, jovens, pessoas LGBTQI+, populações rurais e pessoas com deficiência. Ao trabalhar com órgãos governamentais para cocriar mecanismos participativos de governança climática, o EECO contribui para institucionalizar processos decisórios inclusivos e baseados em direitos. Mulheres indígenas e rurais lideram análises orçamentárias e moldam estratégias de advocacy em nível subnacional. Em Senegal, a organização Active Citizens for Social Justice vem ampliando a conscientização comunitária sobre os compromissos climáticos do governo e a Parceria

Fotografia: Fórum Comunitário em Saint Louis, Senegal. Imagem cortesia de CAJUST.

14. Gisevius K, Niesters L and Braun B, *The role of community leadership in building community adaptive capacity to coastal hazards – Insights from neighborhood networks in Semarang, Indonesia*, Environmental Science & Policy, Volume 163, 2025, https://doi.org/10.1016/j.envsci.2024.103963.

para uma Transição Energética Justa, garantindo que os cidadãos tenham acesso à informação e que as comunidades possam defender efetivamente suas necessidades.

Em muitos países, redes comunitárias e grupos de mulheres assumem papéis de liderança no monitoramento de orçamentos locais, na influência sobre o planejamento municipal e na construção de estruturas de governança de ecossistemas. Essas iniciativas demonstram que a responsabilização é mais forte quando a liderança emerge de dentro da própria comunidade. Atores locais trazem legitimidade, compreensão contextual e continuidade — qualidades que não podem ser replicadas por instituições externas.

Apoiar essa liderança é essencial para sustentar práticas de responsabilização conduzidas pelas comunidades.

Desafios transversais enfrentados pela sociedade civil

Há ampla evidência que demonstra a capacidade das organizações da sociedade civil (OSCs) de promover mudanças significativas. No entanto, apesar de avanços importantes em diversos países, vários desafios continuam a limitar os esforços da sociedade civil para fortalecer a green accountability.

Os dados sobre financiamento climático permanecem limitados, inconsistentes ou inacessíveis, especialmente em nível subnacional. Em muitos contextos, as informações são fragmentadas, mal classificadas ou publicadas em portais que não funcionam adequadamente ou carecem de categorias orçamentárias padronizadas. A resistência política à transparência, aliada à centralização fiscal em alguns países, restringe ainda mais o acesso a dados relevantes e dificulta uma supervisão eficaz. Essas lacunas evidenciam a necessidade de marcos institucionais mais robustos que garantam o acesso à informação e exijam a publicação regular de gastos relacionados ao clima.

Dinâmicas políticas enraizadas também continuam a dificultar uma participação significativa. Os canais de participação são frequentemente consultivos, em vez de influenciar efetivamente as decisões, enquanto alguns conselhos e fóruns permanecem politizados ou dominados por interesses específicos. O comprometimento governamental varia amplamente entre regiões e setores, e o espaço cívico permanece altamente restrito em vários países. Ao mesmo tempo, muitas OSCs enfrentam subfinanciamento crônico, capacidade limitada de equipes e ciclos curtos de financiamento por parte de doadores, o que reduz sua capacidade de manter um engajamento de longo prazo.

As desigualdades estruturais aprofundam ainda mais essas barreiras. Mulheres, jovens, povos indígenas e pessoas com deficiência frequentemente enfrentam obstáculos adicionais para acessar informações, influenciar debates de políticas públicas ou participar de espaços formais de governança. Em vários contextos, as OSCs ainda não são reconhecidas como atores formais nos marcos nacionais de governança climática, o que limita sua capacidade de influenciar decisões financeiras ou monitorar a implementação.[15]

15. Coger, T, Dinshaw, A, Krishnan N and Pyte B. *Is Climate Finance Supporting frontline community? Most governments don't know*. World Resources Institute, July 2021.

Esses desafios persistem mesmo diante de fatores que favorecem o avanço das reformas. Janelas políticas emergentes, novas ferramentas técnicas para análise orçamentária e um número crescente de defensores locais com maior alfabetização em financiamento climático vêm impulsionando práticas mais transparentes e participativas. Em conjunto, essas dinâmicas reforçam a importância de mecanismos institucionalizados de participação e de sistemas de informação robustos que possam sustentar, no longo prazo, uma responsabilização inclusiva no financiamento climático.

Diante desse contexto, são necessárias diversas intervenções prioritárias de política pública para enfrentar essas barreiras e fortalecer a governança do financiamento climático. As boas práticas destacadas neste documento deixam claro o papel essencial que as organizações da sociedade civil (OSCs) desempenham no avanço da green accountability e na promoção de sistemas de financiamento climático mais transparentes, participativos e equitativos. Para reforçar e formalizar esse papel — incorporando as OSCs aos espaços de tomada de decisão, ampliando seu acesso ao financiamento e possibilitando um engajamento sustentado — as recomendações a seguir apresentam ações concretas para governos nacionais e subnacionais, parceiros de desenvolvimento e organizações da sociedade civil. Essas medidas visam ajudar a institucionalizar e ampliar práticas emergentes bem-sucedidas, assegurando uma governança do financiamento climático mais transparente, inclusiva e eficaz.

Recomendações de políticas públicas

- Governos nacionais e parceiros de desenvolvimento devem investir no fortalecimento de capacidades de longo prazo da sociedade civil em green accountability, por meio de financiamentos de projetos, apoio institucional, capacitação técnica e criação de espaços formais de participação.

- Padrões de green accountability devem ser incorporados aos marcos de financiamento climático tanto em nível global (por exemplo, o NCQG, o Comitê Permanente de Financiamento, os Relatórios Bienais de Transparência) quanto em nível nacional (por meio de planos e leis climáticas, sistemas orçamentários nacionais e processos de monitoramento e avaliação). Esses padrões devem exigir a participação da sociedade civil, assegurar transparência orçamentária e formalizar o monitoramento comunitário das decisões e dos gastos em financiamento climático.

- Governos nacionais devem fortalecer a governança inclusiva e a representação, garantindo que grupos marginalizados tenham canais estruturados para influenciar decisões sobre financiamento climático. Exemplos incluem representação em comitês climáticos multissetoriais, fóruns consultivos comunitários e mecanismos de orçamento participativo.

- Governos nacionais devem aprimorar a transparência e o acesso à informação, exigindo a publicação regular de gastos relacionados ao clima, dados de projetos e classificações orçamentárias em formatos acessíveis. Isso pode incluir a adoção obrigatória de marcação orçamentária climática (climate budget tagging) e relatórios anuais de gastos climáticos disponibilizados em portais públicos.

- Governos locais e nacionais devem ampliar mecanismos de engajamento comunitário, como orçamentos climáticos participativos, comitês comunitários de monitoramento, ferramentas locais de mapeamento de riscos climáticos e guias simplificados sobre financiamento climático, processos e instrumentos.

- Governos nacionais e organismos multilaterais de financiamento climático devem fortalecer as conexões local–nacional–global em green accountability, criando papéis estruturados para as OSCs nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e nos Planos Nacionais de Adaptação, além de garantir sua representação em conselhos climáticos nacionais, comissões parlamentares, órgãos de controle e equipes de negociação climática.

- Parceiros de desenvolvimento, governos nacionais e redes consolidadas de OSCs devem incentivar a formação de coalizões e a articulação coordenada da sociedade civil para ampliar sua influência nos processos de política de financiamento climático. Espaços prioritários incluem processos nacionais de NDCs, conferências climáticas da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), reuniões dos Órgãos Subsidiários, plataformas regionais e grandes fóruns financeiros, como as International Monetary Fund Spring Meetings–FMI do Banco Mundial, o Fundo Verde para o Clima, o Finance in Common e plataformas globais similares.

- As OSCs, órgãos governamentais e parceiros de desenvolvimento devem promover aprendizado entre pares, intercâmbio de conhecimento e soluções compartilhadas por meio de comunidades de prática, plataformas multissetoriais e redes regionais de aprendizagem.

Fotografia: Treinamento de agricultoras no Centro Climático CCDB, Distrito de Gazipur, Bangladesh. Imagem cortesia da PRAAN.

GLOBAL PARTNERSHIP FOR SOCIAL ACCOUNTABILITY

THE WORLD BANK
IBRD • IDA | WORLD BANK GROUP

Fotografia: Lançamento da Community of Practice sobre Soluções Verdes e Azuis para a Gestão de Zonas Úmidas. Imagens cortesia da Enda ECOPOP.

Contact

E-mail: civic@worldbank.org | info@southsouthnorth.org

www.thegpsa.org

www.thegpsa.org/civic/